

# EM DEFESA DA MOÇÃO 2

ALDO TORTORELLA

A tarefa que se coloca ante este congresso é a de olhar diante de nós, para os deveres que temos, para aquilo que somos e representamos na situação que se está criando na Europa e no mundo. Desde o início desta discussão está fora de dúvida de que esta realidade nova exige de todos, e portanto também de nós, uma capacidade de reação, uma resposta autêntica, e portanto uma inovação profunda e real.

Foi com este ânimo que ouvimos ontem a exposição do companheiro Occhetto e as respostas às perguntas por nós formuladas e não somente por nós; mais precisamente, com o ânimo de quem esteve e está plenamente convencido de que uma verdadeira discussão exige uma capacidade de compreensão recíproca.

É justo, antes de tudo, fazer uma avaliação positiva do nosso debate. O partido foi posto diante de uma opção drástica. Não sei se outra força política teria sabido se comportar com tanta vivacidade e tanta compostura.

Mas por isso, dizemo-lo, eis uma prova de que este Partido Comunista Italiano, que tantos dão como morto, é uma criatura bem viva e vital.

Estou de acordo: com este congresso já começamos a mudar. Aquele centralismo democrático que há tempos havíamos declarado superado — ainda que infelizmente somente em parte também na preparação deste congresso tenha sido abandonado na prática — começou a ceder lugar a um outro e mais vivo modo de ser do partido. Este é o melhor reconhecimento para as moções da minoria: quem teria iniciado este novo modo de ser se não tivesse existido a oposição? E diz-se: foi um debate riquíssimo; mas que debate teria havido sem a oposição? Onde ela esteve menos presente, menor foi a participação e o número de votantes. E assim também demonstramos que era e é plenamente possível tornar diferente e novo o nosso partido, através dos fatos, sem mudar-lhe o nome!

Todavia, não creio que a divisão, como se ouve dizer, seja um valor em si mesma e não estou arrependido de ter sempre participado, naquilo que podia, no esforço unitário que marcou a vida do nosso partido. Agora aquele esforço é depreciado por alguns e definido como um unanimidade de fachada. É certo que transformar a unidade em um fetiche leva aos mais graves erros: e também nós os cometemos. Mas há muito tempo o caráter absoluto daquela idéia da unidade cedeu lugar a uma investigação aberta e laica: ninguém podia impedir e impediu que fossem apresentadas posições diversas ou contrapostas se não se estava de acordo com a maioria. Quem quisesse fazê-lo podia fazê-lo e o fez. Houve também no passado recente quem proferisse em alto e bom som a sua

discordância e sua contraposição — e o fez bem qualquer que ela fosse. Por outro lado procedeu mal quem calou e também aceitou funções relevantes e honrosas de um partido que hoje declara desprezar toda a sua história.

Não preocupa, portanto, o confronto aberto, a decisão confiada à votação, a manifestação de maiorias e minorias. No caso, podemos lamentar de não ter insistido para chegar antes a um confronto mais claro acerca das opções políticas. Ainda na preparação do XVIII Congresso, apesar das discordâncias sobre a linha que escolhemos, e que parecia a alguns muito à esquerda, se quis seguir o método que chamamos de unitário, e eu me associei a esta proposta feita pelos companheiros, aos quais tinham sido confiadas as maiores responsabilidades. Podemos hoje achar que erramos então. Mas aquele método todavia serviu para a afirmação de um novo grupo dirigente e serviu também para a campanha eleitoral europeia e para os seus resultados.

## A DIVISÃO COMO DEVER DE LEALDADE

Mas se a divisão não é um valor em si mesma, ela se torna uma necessidade e um dever de lealdade e de clareza quando emerge sobre grandes questões uma disparidade de pareceres e quando todos os outros caminhos tenham sido tentados. Se a divergência não tem em si razões autênticas cai por si só. Mas se ela é coisa séria, manifesta o seu fundamento; e isto aconteceu desta vez. A primeira moção tem uma ampla maioria e esta expressão de vontade quem é aqui minoria deve aceitar lealmente. Mas a surpresa, também para nós, é a consistência da minoria; muito forte em tantas grandes organizações, e rica em tantos jovens e tantas mulheres, apesar da disparidade de forças e do apoio da imprensa, inclusive do nosso *L'Unità*.

A presença desta moção contribuiu não apenas para ao menos conter dolorosas rupturas, mas também exigiu iniciativas políticas novas do conjunto do partido e sugeriu, como ouvimos ontem, reflexões que serão certamente úteis. Este é o resultado positivo de um confronto sério e cerrado; mas agora uma preocupação deve estar diante de todos. Uma divisão sobre políticas teria sido coisa séria mas podia ser talvez menos dificilmente composta, enquanto mais áspera e dilacerante se torna uma divisão sobre a própria identidade do Partido. O modo de enfrentá-la é o de discutir com total empenho além de com respeito mútuo. Não teria sido justo incomodar tantos companheiros a virem aqui, se tudo devesse se reduzir ao registro de algo que ocorreu.

E então creio que a primavera coisa a ser dita é que não há entre as moções apresentadas uma divisão entre continuistas e liquidacionistas, conservadores e inovadores, entre

guardiães do passado e intérpretes do futuro.

Confrontaram-se duas hipóteses de inovação embora profundamente diferentes entre si. Não é correto descrever como perdidas imposições nostálgicas aqueles que no congresso anterior, e antes dele, trabalharam para dar consciência cultural e política ao que foi chamado de "novo curso": a afirmação definitiva da democracia como via do socialismo, a idéia da não violência e de uma nova ordem internacional para enfrentar os problemas do mundo, a necessidade de uma reestruturação e ecológica da economia, a imagem de uma nova Europa.

E, no que se refere às questões italianas, o repensamento do sistema político e do Estado, a afirmação da separação entre política e administração, a distinção entre a exigência de um Estado social e as formas de sua gestão, a superação dos resíduos consorciativos. Este esforço inovador nos levou a lançar o nosso partido também em terrenos mais difíceis e árduos como o da assunção da políticas da diferença sexual que comporta a difícil discussão sobre a unicidade do sujeito jurídico tal como ele é determinado por uma tradição que se funda no domínio de um sexo sobre o outro.

Sentimos a necessidade e nos empenharmos não apenas para o rejuvenescimento dos quadros, mas para uma transformação da nossa cultura políticas, da nossa análise e das mossas propostas sobre a sociedade e sobre o Estado em que trabalhamos há muito tempo. Foi nosso o convite para renovar as próprias fontes da nossa cultura política, e a concepção da relação entre o saber e a política.

Todo este esforço inovação e transformação nós o reivindicamos plenamente porque foi um trabalho comum que comportou grande esforço e também, dizemo-lo, a superação de tantos bloqueamentos mentais e de tantas resistências.

Uma das conseqüências mais aviltantes da contemporaneidade que se quis estabelecer entre a proposta que estamos discutindo e a derrocada dos sistemas do Leste é esta lição contínua que se quer dar agora aos comunistas sobre a democracia e o mercado, sobre o pluralismo e sobre a empresa, sobre a laicidade e sobre a distinção entre partido e Estado como se tivéssemos esperando a queda do muro de Berlim para fazer estas descobertas.

Mas não há uma só das conquistas das revoluções democráticas do Leste que nós comunistas italianos não tenhamos afirmado na nossa prática política e mesmo antes das nossas condenações explícitas daqueles sistemas.

Andreotti vem repetindo que a DC salvou a Itália de acabar como aqueles países. Mas é necessário recordar-lhe, agora, que a democracia italiana não foi uma dádiva do 18 de abril democrata-cristão: para reconquistar, salvaguardar, defender a liberdade e a democracia estiveram, certamente não só, mas na primeira fila e em toda ocasião, os comunistas italianos.

Magoa que em socorro daquela tese tenha chegado também um dos fundadores dos comitês para a constituinte que sustentou que o PCI possui uma "cultura fundante" igual à dos países do Leste. Mas por que se apela então aos comunistas italianos se eles foram uma tal monstruosidade? E se foram a uma tal monstruosidade como fizeram para manter, apesar de tudo, aquela força, também eleitoral, pela qual são tão

*E então creio que a primeira coisa a ser dita é que não há entre as moções apresentadas uma divisão entre continuístas e liquidacionistas, conservadores e inovadores, entre guardiães do passado e intérpretes do futuro.*

procurados? Aqui na Itália não existiam polícias secretas para mantê-los artificialmente vivos quando já estavam mortos. As polícias secretas, aqui, estavam sempre em outro lugar, e também quando o PCI esteve em uma maioria governamental. Pode-se dizer que na política da solidariedade democrática o PCI pecou por ingenuidade considerando que exercia um dever nacional. Mas isto não bastou. E na mesa da discussão política, para barrar o caminho da esquerda, foi lançado, enquanto todos os aparatos de segurança estavam nas mãos do P2, o corpo sem vida de Aldo Moro. Esta é a história terrível que vivemos: até a morte do pobre Ruffili, que foi assassinado somente por ter lutado conosco pela reforma institucional.

Certamente, e deve ser dito sem hipocrisia, também o nome do Partido Comunista Italiano determinou uma dificuldade adicional para a alternativa; mas, se quisermos ser sérios, deve também ser recordado que esta dificuldade adicional era um elemento da guerra fria e de soberania vigiada, bem explicada por Kissinger, mas destituída de qualquer argumentação fundamentada. Não foi a partir da queda do muro de Berlim que o PCI tenha se recusado a se sentir parte de um campo e tenha escolhido um lugar onde era justo estar, isto é, na Europa. Com efeito, não nos esqueçamos o que foi para nós a opção de Altiero Spinelli.

Mas nenhum de nós é tão ingênuo a ponto de querer fazer crer, como dizem alguns, que os nossos problemas e os problemas da esquerda italiana nasçam da maldade de outros. Está claro para todos, e não de agora, que somente olhando para si mesmos e modificando-se a si mesmos, responde-se a uma sociedade que muda. Mas que idéias novas sustentam o novo partido que está sendo proposto? Naturalmente é, em todo caso, para nós, útil que sejam reforçadas as opções que já fizemos em matéria de grandes orientações programáticas no congresso anterior, como foi feito ontem. Mas os problemas novos urgem verdadeiramente.

Vivemos em um momento que a abertura de grandes esperanças pelas revoluções democráticas no Leste é acompanhada de uma perigosa dificuldade. Junto com a grande vontade inovadora de Gorbatchov, junto com o despertar dos povos, há o elemento da ruína e da falência plena dos sistemas de planificação pelo alto e de negação da democracia. Mas precisamente por isso há, não apenas o risco, mas também o impulso sentido de sepultar qualquer idéia de antagonismo social e político.

Mas a necessidade de antagonismo está inscrita em uma realidade que não pode ser cancelada: o Terceiro Mundo como a outra face da riqueza, os riscos ambientais como o

reverso do desenvolvimento, a violência para com os fracos como preço extremo da ideologia do sucesso.

É justa a exaltante e grande idéia de Gorbachov da interdependência, do fim de um mundo dividido, de uma co-responsabilidade. Mas quantas críticas de utopismo inconcluente foram levantadas à idéia de governo mundial da economia quando ela foi lançada em um congresso pelo nosso Enrico Berlinguer. E são evidentes os sinais de que, da idéia da interdependência, é possível que se passe a uma hegemonia de sentido único; o que, a longo prazo, constitui um risco novo; mas isto não deve impedir a crítica a quem fez a Nicarágua votar submetida a um bloqueio econômico e com a guerrilha nas fronteiras. O Pacto de Varsóvia está agora aos pedaços, mas basta dizer como Brandt que a OTAN deve “rever as próprias concepções?” Confrontam-se duas concepções sobre os limites da democracia entendida como sistema de regras. Uma é a das forças conservadoras ou abertamente reacionárias que retomam o temor da antiga filosofia sobre a democracia como demagogia e desordem, apostando em uma restrição dos espaços de liberdade; a outra é a que nós mesmos abraçamos. Nós superamos toda contraposição entre democracia formal e substantiva, mas ressaltamos ao mesmo tempo que, precisamente, para que as regras democráticas possam viver plenamente, é indispensável contrastar os limites postos a sua realização pelos poderes, e antes de tudo pelo poder econômico.

O que continua a surpreender na proposta que sustenta a guinada é a opinião — que deriva de culturas bem conhecidas — segundo a qual o sistema político é uma coisa auto-suficiente, no interior do qual operam leis totalmente autônomas. A mudança ao bel-prazer de um dos sujeitos em campo, neste caso o Partido Comunista Italiano, determina a mudança do conjunto: e isso, de fato, pode acontecer. Mas a questão é: em que sentido, em que direção muda o conjunto? E a resposta a esta questão não se obtém se não se recorda que o sistema político não é separável dos interesses que percorrem a sociedade.

Uma doutrina que ignora o nexo entre economia e política, entre Estado e sociedade não resolverá nada, mas, temo, agravará a crise da esquerda italiana. Em toda parte nos países desenvolvidos, pela necessidade da reprodução social e do próprio sustento do sistema econômico, a metade da renda nacional é constituída pela despesa pública: o Estado tornou-se, assim, a maior das entidades de transações, além de distribuição de renda. Também por isso se reforçou em nós a idéia — não apenas nossa — da necessidade absoluta de separar política e administração.

Mas então para não nutrir ilusões ideológicas sobre as virtudes das mudanças de nome, é necessário dar nome aos fatos. Temos um governo que expressa a involução moderada da DC e que atinge pontos de extrema condescendência em relação aos potentes econômicos, chegando a paradoxos como no caso recente da Enimont.

A concentração financeira atingiu níveis elevados e o serviço da dívida pública realizou o perverso objetivo, como nos é constantemente explicado, de determinar enriquecimento privado e pobreza pública, às custas dos contribuintes.

Berlusconi não teria podido agüentar sem o deliberativo

### *Uma doutrina que ignora o nexo entre economia e política, entre Estado e sociedade não resolverá nada, mas, temo, agravará a crise da esquerda italiana.*

vazio legislativo, assim como a Fiat não teria podido alcançar novas metas sem o apoio de uma política bem endereçada. Scalfari descobriu assim Meckie Messer que evidentemente não estudara bem quando jovem.

Mas isto explica a viscosidade do poder político que sabe comprometer a própria maioria eleitoral em uma troca efetiva, cujo peso principal recai sobre uma condição do trabalho assalariado que se tornou — sobretudo no setor operário — particularmente pesada.

O problema central para nós como para qualquer outro verdadeiro partido de esquerda é que em um certo momento entraram em crise aspectos essenciais da cultura e do programa da esquerda ocidental, à qual pertencemos não somente desde o penúltimo congresso, e que, em seguida, foi se deteriorando o seu bloco social. Por que ignorar que as nossas dificuldades coincidem, apesar de todas as óbvias diferenças, com as dos grandes partidos como o trabalhista ou o social-democrata alemão? Esquecer esta realidade significa perder uma visão européia e caminhar para uma restrição e um empobrecimento de toda a nossa elaboração.

As incongruências e a crise do Estado social, as novas contradições determinadas pelo desenvolvimento, como a ecológica, ou as que se tornaram conscientes pelo avanço cultural, como a sexual, os novos métodos produtivos e as formas assumidas pela reestruturação capitalista: tudo isto surpreendeu o conjunto da esquerda no Ocidente. E acontece também conosco, quando tivemos nosso maior êxito na metade dos anos 70, de nos ter apresentado com uma cultura reformadora muito atrasada e pouco inteligente. Também então se falou muito de programa; e desdobramos um dos numerosos que deveríamos seguir; e também então se disse, justamente, que devíamos nos mostrar capazes de um verdadeiro sentido do Estado, de uma autêntica responsabilidade de governo e o fizemos também pedindo sacrifícios sérios a nossa gente.

Não devemos nos surpreender de modo algum; mas também aquela experiência nos recorda que o tema verdadeiro de um programa para a alternativa não é a sua onicompreensibilidade, o seu caráter enciclopédico, a pretensão de saber mais que as forças centristas e moderadas em uma ação de apoio e de mediação dos interesses fortes. O tema árduo e difícil é o da aliança muito complicada de ser conquistada entre setores débeis e parte de setores fortes da sociedade. Mas a isto não se chega de modo nenhum sem um programa marcado por um real antagonismo democrático, capaz de mobilizar antes de tudo camadas e classes que compreendem a necessidade de mudança, que levantam, mais ou menos conscientemente, a exigência de uma crítica ao estado de coisas presente. Partido de luta, partido de governo; isto tem sido repetido como sempre. Mas é necessário então acrescentar que programa para o governo e para a ação na socie-

dade não podem ser duas coisas diferentes.

Foi dito que a crítica formulada na nossa moção sobre a defasagem entre as palavras e os fatos sobre as grandes questões sociais pecava pelo antigo espírito agitatório. No caso, o alarme era muito prudente: o que está ocorrendo nas fábricas metalúrgicas, na relação entre os sindicatos e trabalhadores manifesta uma crise grave. A recíproca autonomia entre sindicato e partido está fora de discussão; mas um partido popular de ampla base de operários e trabalhadores não pode pensar em recuperar terreno sem uma relação com os problemas das condições de trabalho. Como não ver que o drama do sindicato nos diz respeito e nos envolve de perto? O resultado das eleições europeias foi também o efeito do despertar positivo sobre os direitos negados à Fiat, sobre o alistamento militar, sobre as questões dos *tickets*.

### CONSTRUIR O PROGRAMA COM OS SUJEITOS SOCIAIS

Isso não significa ceder a uma visão tosca e derrotista que sabe somente propor a exigência da luta. A própria luta requer coerência programática. Mas se se pensa no programa como coisa que vem do alto, podemos nos deparar, em seguida, com aquelas conseqüências observáveis hoje entre os metalúrgicos; cinco meses de discussão da plataforma na cúpula, e, na base, três semanas para decidir. E foi recusada.

Coerência programática no país e no governo significa construir o programa com os sujeitos sociais, acabar com a idéia de que os partidos são os portadores do interesse geral. Eles podem se transformar nisso, mas em uma confrontação contínua com a sociedade, para redescobrir a cada momento o que deve ser o interesse geral. Evidentemente, não se deve dizer sim a qualquer movimento. Mas é necessário, antes de tudo, vê-los e reconhecê-los. Quanto tempo levamos, também desta vez, para ver o sentido do movimento dos estudantes? Ele não é o resultado da incompreensão de uma boa lei, de uma boa concepção da Universidade e da cultura superior. Expressa um protesto contra a ausência de uma visão avançada e da seriedade com que se considera aquela força produtiva enorme e hoje fundamental que é o saber superior. Expressa o mal-estar de uma geração que está para entrar em uma sociedade pobre em democracia e em inovação de esquerda. Falamos muito do *Mezzogiorno*. Mas este movimento que explodiu no *Mezzogiorno*, manifesta um temor de uma nova marginalização e propõe uma linha alternativa.

Toquei em alguns temas de conteúdo; mas, diz-se, isto será visto pela constituinte, para a qual deveremos trabalhar. Não repetirei que poderíamos fazê-lo antes. Proponho que se lance entre nós, verdadeiramente, um desafio sobre os conteúdos. Mas, enquanto isso, faço a objeção de que se o problema é e continua sendo o dos conteúdos não havia e não há necessidade de cancelar os símbolos e o nome.

De fato, o tema da nova formação política tem sido colocado pensando na possibilidade de confluências e interlocutores novos. O relatório de Occhetto não podia modificar, naturalmente, a realidade que já conhecíamos.

Longe de mim subestimar a contribuição da esquerda independente ou de outros amigos, mas não se trata certamente de novidades significativas.

*Coerência programática no país e no governo significa construir o programa com os sujeitos sociais, acabar com a idéia de que os partidos são os portadores do interesse geral.*

O problema não é somente o de uma esquerda, já amplamente solidificada e às vezes amplamente experimentada, não conseguir preencher a ausência de interlocutores reais. A verdadeira questão é a orientação política manifestada por muitas destas estimadas pessoas. Mesmo colocando de lado a atitude — às vezes inaceitável — em relação aos comunistas, em alguns deles prevalece uma linha que pouco tem a ver com aquele partido popular, de massa, de trabalhadores, aqui descrito.

Ninguém subestima as batalhas civis que os radicais travaram, mas já é muito difícil, como o demonstrou o caso das listas no Abruzzo, um entendimento eleitoral significativo. Pode-se realmente levantar a hipótese — e em que bases de coerência recíproca — de um partido comum?

Não vejo nem realismo, nem perspectiva em um caminho como este, mesmo porque o verdadeiro tema permanece sendo o da relação com o outro partido da esquerda italiana.

Tomar o caminho de uma formação política nova a ser totalmente qualificada leva exatamente àquela oscilação, que já se manifestou em parte, nas guinadas polêmicas destinadas a afastar o espectro da homologação e as concepções que se tornam inevitáveis quando se chega a abandonar todas as próprias razões.

É certamente justo desejar uma ampla unidade reformadora. Mas não se pode enfocar uma discussão séria somente sobre o tema da "conquista de posição", de que o PSI se beneficia, ignorando que o que tem guiado a política deste partido e as suas opções é uma estratégia diferente. Que frutos pode dar a confrontação se forem ignorados os pontos reais de divergência que nestes anos nos têm dividido e aqueles que ainda nos dividem agora? A confrontação nos é imposta pelo respeito recíproco mas, sobretudo, pelo dever em relação ao país, sua política em relação aos temas — como o da luta contra a droga — nos quais as divergências são tão fortes, incluído o tema institucional. Nós não execramos a eleição direta do chefe de Estado nem o presidencialismo; mas este é um tema que exige a reconstrução de todos os equilíbrios institucionais. A retomada do regionalismo, que é exigência comum, não é a mesma coisa. E então por que não retomar a proposta de uma agenda que leve a uma discussão de temas concretos? Certamente que isso supõe que se parta, sem hegemonismo, da idéia de uma busca unitária entre forças que são diversas, se é verdade que não se parte da busca de abjurações recíprocas. Uma busca que poderia ter um grande início imediato. É justo: a esquerda inteira deve avançar. Por que não começar a se entender sobre pactos administrativos ali onde isto seja possível?

Nós não podemos oscilar, de qualquer modo, entre uma autêntica busca unitária e propostas como a de uma lei eleitoral que se aproxima da inglesa e que se destinaria a zerar, de uma vez por todas, as diferenças, reduzindo a dialética a somente dois pólos: é absurdo, mas talvez devesse dizer perigoso, em um sistema democrático pouco seguro e marcado por muitas correntes políticas e culturais bem enraizadas em que uma lei como esta levaria a uma drástica redução da representação.

Certamente que é hora de as esquerdas colocarem a sua candidatura ao governo, unitariamente. Mas é necessário que as pessoas compreendam bem por que a alternativa é necessária. O PSI pode dizer hoje que está no governo para assegurar a governabilidade. Mas se se quer colocar a exigência da alternativa, então é necessário por-se de acordo de que a esquerda deve ir ao governo, mas para mudar!

Ganha relevância, portanto, a possível busca e a possível construção de um programa comum das forças que se propõem como alternativa de governo e que querem evitar serem um todo incoerente e talvez, mais ainda, conflituoso como o pentapartido é hoje.

Mas uma indefinida nova formação política constituída por nós e a esquerda, dos clubes em formação, fará melhor e terá realmente capacidade de penetração e ação para chegar a estes difíceis objetivos? Não acredito.

Por isso nos batemos e estamos nos batendo por um partido autenticamente de esquerda. Não nos dividimos sobre um problema qualquer, sobre o qual se possa tranquilamente dizer: nos recomparamos e nos dividimos acerca de outros eventuais problemas. Estamos divididos sobre o problema do que é um partido de esquerda, a partir de nós mesmos. Estamos divididos sobre o fato de que nós consideramos ser mais útil aos italianos, não uma força política de esquerda igual a outras já existentes, mas uma força política de esquerda que desenvolve um antagonismo democrático coerente, um programa reformador, uma leitura crítica da sociedade. Por isso defendemos também os nossos referenciais simbólicos, o nosso nome e a nossa bandeira. É verdade. Este nome tem sido enlameado por outros. Mas são eles que devem mudar.

Um partido de esquerda como nós o entendemos é um partido de programa e que sabe também fazer reformas aparentemente pequenas, reformas de eficiência; mas deve ser também um partido que representa as partes débeis e sofridas da sociedade e a parte impedida em sua ascensão aos poderes econômicos, políticos e informativos. Deve ser também um partido que ofereça a estas partes da sociedade oportunidades estáveis de militância política, isto é, de associação capaz de levar ao âmbito do governo político as suas exigências. Mas não apenas isso. Nós pensamos que um partido de esquerda antagonista deva ser também, e certamente, um partido de grandes idealistas e finalidades de esquerda.

As grandes finalidades não são ideológicas. Nos tornamos, há muito, um partido laico, não ideológico.

Adere-se ao PCI, desde que ele foi refundado por Togliatti, por causa de seu programa, não por uma ideologia. A referência ao estudo do marxismo e do leninismo, que se tornara um resíduo fóssil, foi retirado do estatuto por iniciativa de Berlinguer. Uma ideologia é uma visão totalizante, coerente,

*Por isso defendemos também os nossos referenciais simbólicos, o nosso nome e a nossa bandeira. É verdade. Este nome tem sido enlameado por outros. Mas são eles que devem mudar.*

filosoficamente unívoca do mundo, do homem e da sua história, ou, marxianamente, é pura e simples falsa consciência. Mas se tivéssemos sido assim teríamos sido varridos como tantos outros partidos do Ocidente que se denominam como nós. Constitui o eixo da nossa cultura, e há muito tempo, um pensamento plenamente laico, antes restrito ao horizonte do historicismo mas em seguida aberto a uma análise realista e crítica da sociedade, e foi exatamente em razão disso que pudemos também expressar a renovação mais recente. Não teríamos absolutamente conseguido conquistar os votos que conquistamos sem um amplo apoio dos católicos e sem a presença católica em nossas fileiras e nos nossos grupos dirigentes. Não esperamos este congresso para abservarmos a mais ampla contaminação de posições culturais, ideais e filosóficas diversas e até opostas entre si; basta olhar, agora que os diques foram rompidos, para as culturas aqui presentes entre nós. É justo que continue assim. Não é de hoje que dissemos que devíamos abrir portas e janelas.

Mas o encontro não pode ocorrer da mesma forma que em um cartel eleitoral, apenas em cima de um programa. Aqui está o equívoco da política praticada durante muito tempo pelo nosso partido, à qual se juntou subliminarmente, por muitos anos, uma imagem do socialismo que não era a nossa e que nunca foi clara e totalmente substituída por aquele novo sentido das palavras "comunismo e socialismo" que provinham não somente da lição de Gramsci, mas também da nossa experiência concreta, do repúdio de outras experiências, da leitura crítica das nossas próprias ações. Cada vez mais aquelas palavras resumiam para nós, não já a idéia de um fim da história, mas de um estímulo à leitura crítica da sociedade, uma inquietação diante do abismo entre os fatos e os valores predicados. Eis porque falamos em construir finalidades entendidas como repensamento moral, como norma para os militantes, mas não como projeto a ser imposto à sociedade ou como critério de verdade.

## NÃO SE PODE RENUNCIAR A UMA CULTURA CRÍTICA

Os grandes objetivos são necessários porque propiciam a uma força política uma postura e um sistema de cultura. Eles são a consciência e a cultura ética da política, impõem vínculos ao agir político. Dão à política um sentido, uma consciência, a garantia de ser uma atividade não arbitrariamente móvel e superficial, não meramente pragmática. Mesmo um partido meramente pragmático não é destruído de objetivos, mas neste caso ou acaba mentalmente por se apropriar das finalidades do sistema social existente, ou concede como seu objetivo ter poder, cada vez mais poder.

E um partido de esquerda deve ser indentificado como um partido que se inspira em uma cultura antidogmática e crítica, cientificamente consciente da realidade econômica, social e humana. Também com relação a isso, não se deve confundir a crítica da ideologia com a renúncia a uma cultura política e a um compromisso moral. Devemos rejeitar com horror a separação entre a moral da intenção privada e a moral do resultado que deveria inspirar a ação política. O maquiavelismo deteriorado da separação entre meios e fins se tornou hoje uma coisa repugnante para todos.

Fala-se muito de ruptura da unidade política dos católicos, de tornar mais fácil o deslocamento eleitoral à esquerda dos católicos. Sobre as características fundamentais da crise que se manifesta hoje nas relações entre uma parte da área católica e o Partido Democrata Cristão é necessária uma análise diferenciada. Não me parece correto, em particular, o que alguém escreveu também em nosso jornal, ou seja, que a transferência da esquerda democrata-cristã para a oposição interna seria, em larga medida, uma das repercussões do abalo do sistema político provocado pelo nosso partido com a sua proposta de guinada. A decisão da esquerda da DC nasce em um outro terreno: é o fruto quase obrigatório — como os fatos o demonstram — do enrijecimento à direita do eixo Andreotti-Forlani e da política do atual governo.

É verdade, de qualquer maneira, que uma discussão se abriu — também por causa das derrotas sofridas — nos setores do catolicismo democrático e no interior e fora da DC; e é verdade que a guinada à direita da DC de Forlani, de Gava, de Andreotti deixa politicamente mais a descoberto aquele variado arquipélago católico que se foi diferenciando nestes anos em múltiplas experiências culturais e nos grupos do associacionismo e do voluntariado.

Mas que tipo de demanda provém destes setores? Não me parece realmente que a busca — independentemente do nome — seja a de uma formação política mais ou menos nova na qual possam se colocar. Também para além da superação da unidade política, a participação ativa dos católicos em um outro partido permanece uma questão problemática, que pode encontrar uma resposta somente processual e de longo prazo, não soluções improvisadas de qualquer maneira. Outras são as demandas a nós dirigidas.

A primeira é a de operar com mais incisividade e coerência para criar aquela moldura institucional e aquele quadro político nos quais se possa melhor desenvolver a iniciativa em direção aos objetivos (o primeiro entre todos o do desarmamento, o apoio ao Terceiro e ao Quarto Mundo, a solidariedade para com este) pelos quais muitos destes grupos decidiram se empenhar. A segunda demanda — não separável da primeira — é a de uma relação mais clara entre ação política e consciência ética.

É significativa, aliás, que nunca tantos católicos tenham se sentido tão próximos do nosso partido como nos anos de Berlinguer (ninguém, naquela época, colocava em discussão o nome comunista) e isso exatamente pela sua maneira de compreender a política, pelo seu espírito de antagonismo em relação a uma sociedade injusta, pelo seu apelo ao rigor moral. Certamente há hoje interesse da parte católica em uma perspectiva que queira significar a efetiva superação de

### *O centralismo democrático, superado em princípio e de fato, não pode voltar pela janela após ter sido expulso pela porta.*

qualquer resíduo de uma visão ideologizante e totalizante do partido, de qualquer fechamento em relação a outras culturas, em particular as de inspiração religiosa.

Mas mesmo quando se manifesta interesse pelo debate que se abriu em nosso partido, o interesse é acompanhado também pelo temor de que o abandono da inspiração comunista signifique perda de energia e de empenho moral, rendição a uma visão da política como técnica, abandono a sugestões laicistas e radicalizantes. Somente uma cultura política forte, que saiba ajustar contas com os grandes desafios e com as grandes questões éticas de nosso tempo, é o terreno para uma confrontação fecunda com a área católica. E isso nos recoloca o problema do partido, do seu caráter antagonista.

Na verdade, também a renovação da nossa cultura política encontrou, nestes anos, um obstáculo no que diz respeito às exigências que tínhamos há anos detectado e elaborado, na permanência de uma velha estrutura organizativa — uma velha forma de partido — que remonta não somente à tradição comunista, mas também à dos partidos socialistas da Segunda Internacional. Neste terreno há atrasos, fraquezas, incoerências que todos devemos reconhecer. Também, neste sentido, temos trabalhado muito pouco com as orientações indicadas no XVIII Congresso; aliás, com a proposta da fase constituinte, o trabalho foi interrompido antes mesmo de ter começado.

Sobre o tema colocado pelo congresso constiu-se uma maioria e duas minorias.

E apareceram nesta discussão não somente vozes individuais, mas áreas e tendências culturais também no interior da primeira moção que seria absurdo, hoje, negar ou denegrir. A meu ver seria sábio organizar a convivência e o diálogo. Se quisermos que a inteira democracia viva e se afirme, e se não quisermos montar pastiches, devem ser estabelecidos com clareza os direitos e os deveres de cada um. Pensemos naquilo que poderia ter sido a prova que estamos vivendo se não tivéssemos introduzido no Estatuto a norma de que no interior do partido e pelos seus meios se pode e se deve organizar, quando existe, a diversidade das opiniões.

Repensar e refundar a forma partido, construir novas estruturas de presença democrática organizada com um enraizamento também em novas faixas do mundo do trabalho e da sociedade é hoje indispensável para dar nova força a uma política de alternativa, para evitar que de outro modo o partido — qualquer partido — se transforme apenas em uma função dos meios de comunicação de massa, obrigado a optar por um ou outro dos velhos padrões da Itália.

Mas são necessárias, por isso, reformas radicais. Sobre a forma-partido teremos oportunidades de discutir mais a fundo nos próximos meses. Avançamos propostas precisas: superação do cupulismo, funcional somente para a transmissão da ideologia e do comando; reconhecimento por parte

de todos os dirigentes da parcialidade que deriva da condição sexual; criação de uma estrutura policêntrica que possa representar melhor os interesses e as necessidades de renovação que amadurecem em uma sociedade complexa. Essencial nos parece uma distinção mais clara entre partido e representação. A constituição do organismo que tem sido chamado de *governo sombra* deveria levar a que se realizasse esta distinção de funções. Também isso não pudemos discutir: mas este é um tema determinante para uma renovação não meramente verbal. Ademais, isso deve levar à superação de qualquer dupla função.

Mas, sobretudo, circulação democrática mais ampla; e portanto construção da unidade, não negando mas valorizando o pluralismo político e cultural que deve animar a vida interna de uma grande organização política democrática.

Chegamos assim a uma questão de atualidade imediata. Sobre o tema deste congresso constituíram-se uma maioria e duas minorias. É justo tomar consciência disso e procurar entender todo o seu significado, se quisermos ir ao debate correspondente à nova fase com a riqueza das posições que estão no interior de nós.

A unidade é um bem essencial: mas seria hoje hipócrita e derrotista pensá-la e praticá-la sem o reconhecimento das diferenças. De outro lado, me pareceria absurdo dialogar com os clubes e não dialogar claramente entre nós.

O centralismo democrático, superado em princípio e de fato, não pode voltar pela janela após ter sido expulso pela porta. Típico desta concepção que foi nossa é a superação, com o congresso, das agregações ou tendências ou áreas que se constituem para o debate congressual. Isso pode acontecer, mas não pode ser imposto e não pode ser substituído por relações não claras e cristalinas.

Na competição de idéias que se deve abrir, se não se quer sufocar o processo constituinte antes que nasça, cada posição deve contribuir livremente e devem ser escolhidas livremente as soluções que parecerão as mais oportunas ao titular deste processo que não pode ser o conjunto do PCI. Mas o desfecho, então, não pode ser predeterminado. Pediu-se e se obteve

por maioria um mandato para abrir a fase constituinte de uma nova formação política. Mas também foi estabelecido que deverá ocorrer um novo congresso soberano. Que soberania teria se o seu papel fosse somente o da ratificação? Sobre o significado da própria expressão "formação política" foram feitas interpretações as mais diferentes, não menos que em relação aos conteúdos. Portanto, deve haver uma confrontação séria entre nós. Ninguém pode excluir que se formem novas maiorias e novas minorias. Isso já ocorreu em muitas resoluções políticas de muitas federações. Mas, enquanto isso, há e permanece a diversidade de opiniões em relação à proposta original e com esta diversidade não é somente necessário conviver, mas se deve regulá-la e valorizá-la de modo fecundo. Este é o papel da minoria, que não deve manifestar qualquer atraso no empenho, qualquer aversão ou espírito de desforra, mas é, em igual e superior medida, papel da maioria. A carta de Gramsci de 1926 foi enviada exatamente como advertência à maioria.

E não há somente o processo constituinte; há uma luta política aguda, há as eleições administrativas e há, no horizonte distante, a possibilidade de que se queira encerrar antecipadamente a legislatura. Por isso o tema do governo unitário do partido, tendo como base a clareza das posições, não pode ser escamoteado. Naturalmente, se pode também escolher outro caminho, como alguém sugeriu, de colocar de lado a minoria; por ser algo cômodo, definitivamente, sobretudo para quem estivesse somente a observar. Mas é útil dizer que é também um caminho muito perigoso.

Terminei. Sabeis que eu teria preferido um caminho de renovação totalmente diverso. Mas agora temos de batalhar, aqui e agora. Tenho confiança na sabedoria e na responsabilidade de todos. Após o congresso deveremos todos juntos ir pedir votos para as administrações democráticas velhas e novas a serem construídas. Façamos com que seja um bom combate para a democracia italiana e para o Partido Comunista Italiano, porque deste partido a democracia italiana tem ainda necessidade vital.